



ESCOLA DE  
HUMANIDADES

# CIVITAS

Revista de Ciências Sociais  
Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política

Civitas 25: 1-14, jan.-dez. 2025  
e-ISSN: 1984-7289 ISSN-L: 1519-6089

<http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2025.1.46254>

DOSSIÊ: COLETIVOS NAS AÇÕES COLETIVAS CONTEMPORÂNEAS: EMERGÊNCIA, CONTEXTO, DEFINIÇÕES E PRÁTICAS

## Coletivos: novas formas de expressão dos jovens no associativismo contemporâneo no Brasil

*Collectives: new forms of expression of young people in contemporary associativism in Brazil*

*Colectivos: nuevas formas de expresión de los jóvenes en el asociativismo contemporáneo en Brasil*

**Maria da Glória Gohn<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0001-5791-6114](https://orcid.org/0000-0001-5791-6114)  
[mgohn@uol.com.br](mailto:mgohn@uol.com.br)

**Recebido em:** 20 maio 2024.

**Aprovado em:** 19 set. 2024.

**Publicado em:** 02 abr 2025.

**Resumo:** O artigo faz um recorte no universo das ações coletivas e focaliza os coletivos no Brasil. Investigam-se as causas que têm levado os jovens a optarem pela participação em coletivos civis. Ele é composto por quatro pontos. O primeiro apresenta registros históricos da categoria "coletivos", um breve resgate na área da cultura e sua menção na literatura acadêmica brasileira recente. O segundo faz uma síntese das principais características, especificidades, articulações e formatos organizativos dos coletivos. O terceiro discute as diferenciações dos coletivos em relação aos movimentos sociais, do ponto de vista de referenciais que orientam a visão de mundo dos participantes. O quarto e último ponto focaliza correntes do debate sobre o "autonomismo" visando contribuir para o entendimento dos fundamentos, ações e impactos em coletivos de jovens. Por fim, conclui-se que os coletivos apresentam novos conflitos geracionais e alerta-se para a importância de inserir nos estudos as estruturas macro porque tratar de diversidade, inclusão etc. é impossível sem se referir às estruturas que perpetuam a exclusão, a hierarquização e as desigualdades na sociedade.

**Palavras-chave:** Ações coletivas. Coletivos. Movimentos sociais. Jovens.

**Abstracts:** The article looks at the universe of collective actions and focuses on collectives in Brazil. The causes that have led young people to choose to participate in civil collectives are investigated. It consists of four points. The first presents historical records of the collective category, a brief rescue around culture, and its mention in the recent Brazilian academic literature. The second makes a synthesis of the main characteristics, specificities, articulations, and organizational formats of the collectives. The third discusses the differentiation of collectives in relation to social movements, from the point of view of references that guide the participants' worldview. The fourth and last focuses on currents of the debate on 'autonomism' to contribute to the understanding of the foundations, actions, and impacts on youth collectives. Finally, it is concluded that the collectives present new generational conflicts and alerts to the importance of inserting macro structures in the studies because dealing with diversity, inclusion, etc. is impossible without referring to the structures that perpetuate exclusion, hierarchization and inequalities in society.

**Keywords:** Collective actions. Collectives. Social movements. Youth.

**Resumen:** El artículo aborda el universo de las acciones colectivas y se centra en los colectivos en Brasil. Se investigan las causas que han llevado a los jóvenes a optar por participar en colectivos civiles. Consta de cuatro puntos. El primero presenta registros históricos de la categoría colectiva, un breve rescate en el área de la cultura y su mención en la literatura académica brasileña reciente. El segundo hace una síntesis de las principales características, especificidades, articulaciones y formatos organizativos de los colectivos. El tercero discute la diferenciación de los colectivos en relación con los movimientos sociales, desde



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, Brasil; Universidade do ABC (UFABC), Santo André, SP, Brasil.

el punto de vista de los referentes que orientan la visión del mundo de los participantes; el cuarto y último se centra en las corrientes del debate sobre el "autonomismo" con el fin de contribuir a la comprensión de los fundamentos, acciones e impactos en los colectivos juveniles. Finalmente, se concluye que los colectivos presentan nuevos conflictos generacionales y alerta sobre la importancia de insertar macroestructuras en los estudios porque abordar la diversidad, la inclusión, etc. es imposible sin hacer referencia a las estructuras que perpetúan la exclusión, la jerarquización y las desigualdades en la sociedad.

**Palabras clave:** Acciones colectivas. Colectivos. Movimientos sociales. Juventud.

## Apresentação

Conhecer a realidade das ações coletivas e debater a produção do conhecimento sobre o tema são tarefas dos pesquisadores. Que teorias, categorias, conceitos e métodos de abordagem têm sido utilizados nos estudos a respeito das ações coletivas? *A priori*, indaga-se: as abordagens sobre as ações coletivas continuam adequadas no cenário de crise mundial da década de 2020? Ou há novos personagens em cena, deslocamentos e a necessidade de novos aportes e conceitos? Movimentos sociais e coletivos são ações similares, da mesma natureza, ou devem ser diferenciados? Essas foram as motivações prioritárias para aprofundar e expandir as investigações sobre a temática das ações coletivas advindas da sociedade civil, que tem como universo: movimentos sociais, ONGs, coletivos, ações solidárias, redes movimentalistas de movimentos sociais, redes civis colaborativas etc. Há um denominador comum nessas ações: são ações coletivas onde há lutas sociais, algumas insurgentes, outras colaborativas. Registre-se também a existência de contramovimentos (antidemocráticos).

Dado o foco deste dossiê destaco os coletivos, que pautam ou inauguram novos tempos, e neles a questão geracional tem papel relevante. Neste artigo, utilizo as categorias "jovens" e "juventudes". Sigo a abordagem que vê a juventude/jovem como sendo uma construção social, ou seja, não é um fenômeno natural, mas uma categoria que é construída pelas diferentes sociedades. Ela não é homogênea por isso deve-se falar no plural, "juventudes" e "jovens". Ela nasce com a moder-

nidade, no período marcado pela ascensão da burguesia, pelo desenvolvimento do capitalismo e por mudanças sociais etc., e foi associada a ideias de como modernos, diferentes, inovadores ou rebeldes. Essas imagens e representações construíram as narrativas e análises no século 20 (vide Ariès 1981).

Um ponto relevante na categoria para nosso estudo sobre os jovens em coletivos é a questão de geração e condição juvenil. A primeira é fundamental para compreender os conflitos de gerações, comparando a juventude atual em com a de algumas décadas atrás ou de seus pais. Já a condição juvenil é uma invenção mais recente, surgida entre os séculos 19 e 20, sobre a ideia de que era necessário prolongar os anos de escola, para a formação moral e ética dos indivíduos antes que ingressassem no mundo do adulto. Essa linha de abordagem, conforme Hobsbawm (1995), destaca que, ao final século 20 os jovens passaram a ter o domínio das economias de mercado desenvolvidas, pois dominavam as tecnologias (lembrando que a maior parte dos programas de computador das décadas de 1900 foi projetada por jovens na casa de vinte anos de idade. Isso resultou em uma inversão de papéis, uma vez que os pais tinham muito a aprender com os filhos que cresceram familiarizados com as tecnologias). Nesse contexto, Hobsbawm chama a atenção para uma dimensão da cultura construída pelos jovens, levando a um outro aspecto a respeito da grande capacidade de internacionalização da cultura urbana juvenil, através do *rock* e do *blue jeans*, no século passado. Acrescento que, neste século, movimentos como *hip-hop*, *funk*, *slams*, batalhas de rimas, entre outros, muito presentes na atualidade em coletivos culturais periféricos que ocorrem em praças e locais públicos.

Questões de gênero, etnia, comunidades LGBTQIA+ etc. no século passado estavam sendo tratadas de forma confusa e pouco articulada no entendimento de condição juvenil. Na atualidade, essas questões se tornaram centrais nas experimentações, vivências e demandas dos jovens/juventude, enfocando temas identitários que remetem a questões culturais, pertencimentos,

formas de ser e estar no mundo. Os coletivos de jovens são partes deste universo.

Focalizam-se coletivos com causas sociais, político-culturais e identitários: feministas, antirracistas, em defesa dos direitos para a população LGBTQIA+, povos originários indígenas e moradores de periferia – seja de forma isolada ou interseccional. Também aborda os coletivos que cresceram numericamente na última década em função de causas temáticas específicas, alargando o campo das ações coletivas civis para novos repertórios e formas de atuar. Nele, investigamos o sentido e o significado dos coletivos considerando-os como atores sociopolíticos e culturais na cena pública, preocupando-se em qualificar o tipo de ativismo, a forma como se organizam para viabilizar suas ações e seus fundamentos político-ideológicos.

O texto ora apresentado decorre de pesquisa sobre jovens/juventudes na qual foi feito um recorte orientado por quatro questões: a) que tipo de ativismo está sendo gerado a partir de década de 2010 no Brasil e qual o sentido e significado dos coletivos neste cenário; b) quais as novidades, quais as pautas e as práticas os coletivos enunciam; c) qual o impacto dos coletivos sobre outras formas de associativismo civil, especialmente nos movimentos sociais; d) por que eles têm atraído a atenção dos jovens na atualidade.

A investigação aborda também questões teóricas e político-ideológicas que dão suporte tanto às análises acadêmicas como aos discursos e narrativas dos próprios integrantes de coletivos, especialmente a dos "autonomistas". Um dos eixos indicam, a partir de manifestações concretas, mudanças de comportamento nos grupos compostos por jovens, e seus reflexos e impactos na cena pública. Busca-se investigar as causas que têm levado os jovens a optarem pela participação em coletivos civis, ou pela participação institucionalizada pública parlamentar (em mandatos coletivos), considerando que no ciclo participativo de junho de 2013, a participação institucional era negada/criticada pela maioria dos ativistas.

O artigo organiza-se em quatro pontos sobre

o tema dos coletivos. O primeiro aborda os antecedentes dos coletivos na sociedade a partir de registros na literatura acadêmica; o segundo faz uma síntese das principais características, especificidades, articulações e formatos organizativos, dos coletivos contemporâneos. O terceiro discute as principais diferenciações dos coletivos em relação aos movimentos sociais; enquanto o quarto apresenta algumas correntes do debate sobre o "autonomismo", buscando contribuir para o entendimento dos fundamentos, ações e impactos de uma parcela considerável dos coletivos da atualidade.

### Coletivos – antecedentes

No Brasil, até a eclosão das manifestações massivas de 2013, os coletivos eram apresentados na literatura acadêmica usualmente pelo seu lado cultural, analisados sob aspectos da criatividade artística. Raymond Williams, décadas atrás, já havia chamado atenção para este fenômeno quando escreveu sobre as "formas de organização e de auto-organização que parecem muito mais próximas da produção cultural" (Williams 2000, 57). Costa (2024), ao resgatar a história da existência de coletivos registra:

As experiências de grupos de pessoas com características próximas dos coletivos hoje, já existiam em diversos lugares no mundo no século 20. Na Espanha e México nos anos de 1930, existiam coletivos fotográficos com ideais que revolucionaram a forma como seriam encaradas as vendas de fotos e a formação de novos fotógrafos. (Costa 2024, 40).

A pesquisa de Marques e Marx (2020) sobre coletivos culturais também registra estudos onde se encontram experiências de "agrupamentos/coletivo" desde a década de 1930. Bassani (2016) assinala que, desde a década de 1980, há registros de coletivos autonomizados na cena pública, particularmente, na área da cultura, que se tornaram os mais expressiva até a atualidade. Assim, observa-se que a área da cultura tem papel pioneiro na história dos coletivos como ação societária comum (Mesquita 2008; Paim 2009). No entanto, uma diferenciação relevante

a ser feita desde o início é entre coletivos culturais, coletivos na área da cultura e a utilização de linguagens das culturas em um coletivo de defesa de causas sociais. Isto porque, para nós, a cultura sempre está presente, em qualquer coletivo, movimento social, organização socio-educativa etc. Ela se manifesta como visão de mundo, valores, ideologias e emoções.

Portanto, os coletivos não são manifestações recentes nem nasceram neste século, embora na contemporaneidade tenham ganhado maior visibilidade na cena pública em diversas áreas. Parte da explicação pode ser creditada a fatores sociopolíticos e culturais das últimas três décadas, que formataram novas culturas políticas relacionadas às ações coletivas em espaços públicos. Entre esses fatores, destacam-se os incentivos que foram dados durante o período de redemocratização no Brasil, da década de 1990 até 2015, com políticas de inclusão social e, ao mesmo tempo, estímulo à participação em políticas de agrupamentos identitários, ou de incentivo ao empreendedorismo social em comunidades vulneráveis, por diferentes agentes sociais. Na realidade, o olhar deve se voltar para a Constituição de 1988, que, ao estabelecer o pluralismo como princípio constitucional, originou novas agendas políticas. Essas agendas, focadas em questões de diversidade e inclusão, criaram espaços para lutas pelo reconhecimento de novos sujeitos de direito e pela defesa de novas pautas.

Neste sentido, os atuais coletivos podem ser fruto da conjuntura política existente no período, ainda que alguns tenham se voltado contra a forma de funcionamento dessas instituições, a exemplo de 2013 ao clamarem: eles não nos representam. Outra parte considerável do crescimento e expansão dos coletivos na atualidade deve ser creditada ao avanço das novas tecnologias da informação e comunicação, que têm revolucionado as formas de agir, se comportar-se e relacionar-se da grande maioria das pessoas. Essas ações ocorrem predominantemente via redes sociais da internet, que impulsionam de novas formas de ação coletiva (Bennett e Segerberg 2015). Entre os jovens, essa é a for-

ma predominante de comunicação e interação societária, dando espaço para novas formas de sociabilidade, marcadas por emoções e subjetividades. Assim, não são apenas fatores nacionais, localizados, que explicam a proliferação dos coletivos. Na produção acadêmica brasileira, os coletivos têm sido registrados em teses e dissertações como em trabalhos apresentados na Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais (Anpocs) e na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Já publicamos um levantamento a respeito (Gohn 2022).

### **Características, especificidades, articulações e formatos organizativos dos coletivos**

Considera-se um coletivo como um agrupamento sociopolítico e cultural articulado por um conjunto de ideias e valores, com identidades fragmentárias, pautas e agendas diversificadas, formas de expressão e repertórios diferenciados, práticas organizacionais descentralizadas. Eles podem ter a horizontalidade como meta na construção de suas autonarrativas. Entretanto, por serem heterogêneos, suas características não são homogêneas, podendo ter transversalidades e combinar, por exemplo, horizontalidade com a verticalização em algumas ocasiões (Perez e Souza 2017; Lima 2018). Esses grupos podem mudar o alvo de suas ações e demandas, utilizam intensamente as formas de comunicação e participação social *online* (vide Gohn 2019, 2017a).

Desde a década de 2010, progressivamente os coletivos passaram a dominar na área das Comunicações, como uma forma de organização. Usualmente, eles formam redes, e é necessário distinguir "coletivos em redes" de "redes de movimentos sociais". Isto porque os coletivos conectam-se via internet ou outro meio comunicacional tecnológico visando difundir informações e estabelecer estratégias em conjunto. Os "coletivos em redes" têm relações ocasionais, fazem e desfazem laços. Por outro lado, as "redes de movimentos", como já debatidas por Castells (1999), são mais complexas, atuam nos ambientes informacionais para criar ou fortalecer laços iden-

titários e organizacionais, desenvolvem culturas de pertencimento.

O protesto pode estar presente nos coletivos por meio da ira que busca se reinventar. Especialmente por meio da arte, da cultura, os coletivos jovens sempre buscam inventar uma gramática nova, dentro do repertório de entendimentos na língua dominante: a gramática da ira. Exercitam esta gramática via práticas de resistência ao *status quo* dominante, e promovem a auto-organização das ações coletivas, tendo como parâmetros nas suas relações sociais quatro elementos básicos: a subjetividades dos participantes, as formas de sociabilidade existentes, a diversidade de métodos e procedimentos de agir, e a valorização do espaço de experiência.

Alguns estudos ao tratarem a experiência nos coletivos fundamentam-se em Dubet (1994), ao abordar o caráter subjetivo da experiência (representação do mundo vivido), e o caráter cognitivo da experiência (a reflexividade e a consciência crítica); ou em Thompson (2004), dada a reelaboração que a experiência gera ao se confrontar com a cultura vivenciada pelos sujeitos em ação, em uma análise histórico cultural onde não se ignoram os conflitos, as lutas de resistência e a dimensão estrutural dos atores em cena; ou ainda em Larrosa (2002), que destaca as aprendizagens que a experiência propicia.

Partimos da hipótese de que os coletivos, embora não sejam uma novidade histórica, representam, na atual conjuntura brasileira, uma reconfiguração do ativismo no cenário do associativismo civil, com formas novas de engajamento e construção de ações coletivas. São diferentes dos movimentos sociais e de outras formas de ação coletivas, compondo, neste universo, um novo ciclo geracional de protestos, insurgências ou atos colaborativos/solidários, assim como uma nova cultura política no campo da participação social, marcado por transformações nas formas organizacionais, pautas, repertórios de confronto, performances nos atos de agirem e de se relacionarem com a sociedade, o Estado e a política de maneira geral.

Por tudo isso, trabalha-se com o seguinte

suposto: é necessário ampliar o escopo analítico para entendermos ações coletivas a partir da década de 2010; o leque de formas associativas civis, tanto no campo progressista como no conservador, ampliou-se com a proliferação dos autodenominados coletivos. A maioria deles baseia-se em valores, projetos societários e organizações diferentes dos movimentos sociais. Não são mais centrados em movimentos de transformações econômicas e políticas como os movimentos de oposição política do século 20, originários de movimentos sindicalistas. Essas "novidades" indicam a busca dos sujeitos pela demarcação de uma posição diferencial com relação a outros modelos organizacionais, tais como sindicatos, partidos, ONGs e movimentos sociais (Gohn 2017; Marques e Marx 2020; Medeiros e Pereira 2022; Lima Neto e Tovolli 2023). Acrescente-se, ainda, que, na atualidade, os coletivos usualmente não dependem da intermediação direta de organizações políticas clássicas, como partidos políticos, sindicatos ou movimentos sociais. Muitos demonstraram recusa em relação a essas ações sociopolíticas e busca por novos modelos organizacionais para a ação política em um contexto de crescente desenvolvimento das redes sociais de internet e de novas formas de ação coletiva (Gerbaudo 2021).

Alguns coletivos têm orientações libertárias, com posições demarcadas pelo anti-institucionalismo, desenvolvem práticas alicerçadas em valores e ideais de coletividade, colaboracionismo, e na construção de mecanismos internos baseados na horizontalidade e na desconstrução da ideia de liderança, o que não significa que não tenham lideranças, podem ter vários líderes que atuam por comissões, por atividades, de forma horizontal e não a verticalização do mando de um líder que, na maioria das vezes, se perpetua no poder. Esse modelo lhes confere uma estrutura mais fluida quando comparados a outros modelos organizacionais.

São ativistas que se envolvem com lutas mais diretas e imediatas. Outros relacionam-se com o estado e suas políticas públicas aproveitando-se de oportunidades que a conjuntura política

(usualmente local) oferece para buscar apoios e financiamentos em projetos sociais e culturais, via editais de chamadas públicas. Os ativistas criam ou buscam participar de projetos sociais que envolvem a distribuição desses fundos para a realização de suas ações. Registre-se que os coletivos não têm CNPJ e eles participam dos editais sem esta inscrição, coisa que não é permitido a uma ONG, por exemplo, sendo que algumas ONGs têm criados coletivos para participarem de editais. Pode-se encontrar também ativismos considerados à direita no espectro político e ideológico (Solano et al. 2021).

Portanto são múltiplas suas orientações, cultura política e ideologias, além de serem fragmentados, complexos, diferenciados e diversificados. Existe diversidade e multiplicidade de formas, temáticas, pautas e demandas, campos de atuação, número de participantes, permanência ou duração no tempo histórico, formas de funcionamento/operacionalização, suportes financeiros para atividades, apoios externos e relações com órgãos ou políticas institucionais. Por isso, é difícil enquadrá-los em uma só tipologia, ou em um modelo único.

Eles reivindicam a autonomia como princípio, o que também não quer dizer que sejam completamente isolados de instituições civis, partidos e mesmo estruturas estatais. Relacionam-se quando há afinidades e interesses. Criam "mundos paralelos" de experiências e vivências nos quais pode-se observar outros referenciais de projeto societário. Constroem espaços seguros de engajamento (ver Costa 2024). Muitas vezes, são compostos de jovens com menos de 30 anos, a chamada geração Z, envolvem-se em causas de áreas temáticas identitárias como o feminismo, antirracistas, direitos para a população LGBTQIA+, ou problemas ambientais e de qualidade de vida, ou de preservação da memória de territórios, em prol dos direitos de povos originários, e moradores de regiões ribeirinhas e periferias urbanas. Apresentam-se como apartidários, mas não antipartidários, e têm causas a defenderem.

## Diferenciações dos coletivos em relação aos movimentos sociais

A ação coletiva é o guarda-chuva mais amplo que abriga os movimentos, os coletivos, as ações comunitárias solidárias etc. Diferenciá-los é crucial. As ações de um coletivo e as dos movimentos sociais compartilham características da mobilização coletiva, suas diferenças fundamentais residem na escala, durabilidade, objetivos, aspirações, valores e na cultura política que os fundamentam e demarcam suas trajetórias. Enquanto a ação de um coletivo representa esforços coordenados para atingir objetivos específicos, a curto prazo, a maioria dos movimentos sociais transcende esses esforços, buscando mudanças sociais que extrapolam a sociedade e atingem estruturas de poder. A compreensão dessas distinções é essencial para uma análise mais aprofundada das dinâmicas sociais contemporâneas.

Assim, os coletivos enquanto uma das formas de ações coletivas, diferenciam-se dos movimentos sociais, embora possam ser originários desses ou articularem-se circunstancialmente com eles. A especificidade deles é a de que são atores de uma ação coletiva e não um sujeito coletivo nos termos tratados por Touraine para os movimentos sociais. Por exemplo, muitos deles não têm um adversário, um antagonista claro, segundo a teoria de Touraine (Gohn 2014b). Em outros, é possível aplicar certos pontos das teorias dos movimentos sociais, como a de Melucci quando se observa que os movimentos não constroem identidades somente a partir de pertencimentos originários, culturais propriamente ditas, mas se formam por adesão a uma causa que lhes traz retorno, benefícios. São agentes intermediários e "sua função enquanto intermediários entre os dilemas do sistema e a vida diária das pessoas manifesta-se principalmente no que fazem: sua mensagem principal está no fato de existirem e agirem" (Melucci 1997, 13).

Aplicar automaticamente para o entendimento dos coletivos as abordagens advindas de teorias dos movimentos sociais pode não ser o mais adequado porque constituem um universo diferenciado, fragmentado em que várias de suas

ações coletivas não contêm elementos que os configurem como um movimento social, no sentido clássico deste conceito, nas últimas décadas.

Os coletivos são distintos dos novos movimentos sociais culturais, identitários das décadas de 1980-2000. Também são diferentes dos movimentos políticos da atualidade – aqueles que são agrupamentos em torno de fatos da conjuntura política, a exemplo das Frentes Amplas de representações de partidos e instituições em dados momentos históricos. Diferenciam-se dos movimentos sociais clássicos de luta por trabalho, moradia, terra e equipamentos públicos. Além disso, os coletivos atuais também não podem ser pensados como um ator especial dentro do campo dos movimentos sociais, pois muitos deles estão mais próximos do campo das organizações sociais civis.

Os movimentos sociais usualmente têm: opositores, identidade mais coesa, projeto de sociedade ou de vida, ou ainda de resolução de problemas sociais que demandam atenção. Contam também com liderança, base, assessoria e laços de pertencimento, sendo, portanto, mais estruturado do que um coletivo.

Um movimento social é fruto de uma construção social histórica e não algo dado *a priori*. O movimento social constrói a figura de sujeito aos seus militantes: um sujeito de direitos. O indivíduo se transforma em sujeito através do reconhecimento por parte dos outros indivíduos ao ser parte de um dado movimento social, passa a fazer parte de um sujeito coletivo. "Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural [...]" (Gohn 2008, 14).

Sabe-se que, em junho de 2013 o principal agenciador das manifestações nas ruas foi um grupo que se automeia como movimento social – o Movimento Passe Livre (MPL) (Gohn 2014). No entanto, ele se organizava como um coletivo (Gohn 2017a; Maia 2013). Um coletivo pode se transformar em movimento social ou autodenominar-se como parte de um movimento (a exemplo das centenas de coletivos formados por grupos de mulheres (Medeiros 2017), ou coletivos

compostos por negros (Guimaraes et al. 2020). Todos se identificam como parte de movimentos de mulheres ou de movimentos dos negros, ou afrodescendentes, ou ainda, dos pretos, como preferem alguns. Se considerarmos os coletivos advindos do movimento de mulheres, por exemplo, temos inúmeras inovações. Alguns coletivos se autodenominam usando a sigla "colectiv@s", para reforçar tanto o lado feminista quanto o lado comunicacional interativo. Além disso, há os coletivos que se declaram como pertencentes ao feminismo negro, lembrando também que o próprio movimento feminista passou por inúmeras transformações, ou ondas, nas últimas décadas.

Para complicar a cena, temos coletivos dentro de movimentos sociais clássicos, como forma de organização interna, como no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), desde a década de 1990, e coletivos de mulheres, Melo (2001). Também temos coletivos, na atualidade, dentro de movimentos de luta pela moradia, como no Movimento Trabalhadores Sem Teto (MTST) (Faria 2020) e nos movimentos de ocupação pela moradia no centro de São Paulo – Movimento Sem Teto do Centro (MSTC).

Registre-se que, após 2013, teve-se um crescimento de coletivos que não se autodenominam como movimentos, não significando uma relação direta entre a multiplicação dos coletivos e o ciclo de protestos de 2013. Naquele contexto ficou mais perceptível a estruturação de novas estratégias, performances, discursos e padrões de mobilização societária, o que revigorou debates e fomentou novas agendas de pesquisa (Gohn et al. 2020). Em conjunturas e contextos de crises, como as vivenciadas no Brasil após junho de 2013, os protestos públicos e a organização de diferentes ações coletivas, contribuíram para a inovação nos repertórios e performances (Tilly 2004, 2008; Tarrow 1994).

Defendo a hipótese de que a principal diferença entre movimento e coletivo diz respeito à questão do conflito social. Nos movimentos sociais, o conflito é uma ação sempre presente, constitutiva dos mesmos. Nos coletivos, poderá estar presente ou não e, se estiver, sua impor-

tância é marginal, está na origem da causa, do identitarismo, por exemplo, um ressentimento de que algo foi perdido, deve ser resgatado, e não basta a resiliência. O conflito poderá estar em protestos sociopolíticos e culturais amplos, protagonizados por múltiplos segmentos das formas de ações coletivas nos quais os coletivos atuam como apoio básico, especialmente na comunicação e divulgação *online* nas redes sociais, dos atos de protesto e ações insurgentes. No geral, o conflito não move as ações dos coletivos, mas sim a sociabilidade alicerçada no engajamento a causas solidárias, que exigem cooperação para terem êxito, ou impacto, ações que denominam como "empoderamento e potência da ação".

O debate sobre os coletivos identitários e a crise de representatividade das formas tradicionais de participação sociopolítica leva à necessidade de se diferenciar representação política de representatividade porque são dois conceitos diferentes. A representatividade vista apenas como identidade de um dado grupo social, étnico, sexual etc., reduz o conceito e o isola-o no campo da sociedade civil. Mas na sociedade política ele é também importante na formulação das políticas identitárias, no universo das políticas públicas, ou na indicação sobre quem são os representantes civis para cargos oficiais (com direito de voto, com direito à palavra, ou apenas consultivos para referendar decisões). Portanto, diferenciar identidade política de um grupo e políticas identitárias é uma das chaves para a análise da questão da representatividade dos coletivos e dos movimentos sociais. Os conflitos passam por essa dualidade.

Fernando Lima Neto (2024) traz à tona a discussão da questão da representação para os coletivos quando os diferencia dos movimentos sociais e outras formas de ações coletivas apontando três características básicas, a saber:

A primeira característica consiste no fato de serem organizações de participação que não possuem pretensão de representação, seja ela uma representação formal ou o que a literatura apresenta como *advocacy* [...] A segunda característica diz respeito ao fato de mobilizarem a biografia de seus membros como maneira

de legitimar sua presença e suas atividades no espaço público. A terceira característica consiste na ausência de laços duradouros com outras organizações do Estado, do mercado ou da sociedade civil. (Lima Neto 2024, 62).

Os participantes de um coletivo autodenominam-se como ativistas, vivem experiências e experimentações, que podem ser tópicas ou mais permanentes; fragmentadas ou mais articuladas. São ativistas de causas. O principal elemento articulador dos membros de um coletivo é uma causa, a defesa de uma causa. Viver experiências é uma das grandes fontes de motivação para participar de um coletivo, e isso pode dar subsídios para mudanças na visão social, política e cultural. A consciência de algo vai depender do tipo de ação coletiva e do grupo que a compõe. Não é um processo automático. Um coletivo poderá desenvolver práticas contestatórias ou não, dependendo de seu perfil e das estruturas relacionais existentes entre os jovens. Os jovens contestam e renovam práticas e valores estabelecidos por meio de sua cultura política.

Os movimentos sociais populares do passado valorizavam a experiência como troca de relatos das situações vivenciadas, e as formas que usavam visando resolução dos problemas (Sader 1988). Eram relatos do passado em busca de entendimento do presente, que se transformavam em planos de ação visando o futuro, resignificando as experiências portanto. Nos coletivos atuais, a experiência no presente é mais importante, vivenciar algo novo, ter acesso a práticas negadas ou inacessíveis economicamente; e especialmente, vivenciar corporalmente, a experiência dos corpos dos sujeitos da ação. Por isso, a área da cultura, com suas inúmeras linguagens e formas de expressão – como a dança, a música, as artes visuais, o teatro etc. – canaliza os desejos dos proponentes, via projetos sociais para faixas etárias, com destaque para jovens, crianças e adolescentes, trabalhos com mulheres, idosos etc. As linguagens da arte amplificam a vivência dos corpos, pois podem ser corpos negros, de mulheres, gays, lésbicas, transsexuais etc.

Os membros participantes de um movimento

social são nominados, usualmente, como militantes, também de causas, mas é algo mais que um ativista porque não foi convocado *online, ad hoc*. Ele tem laços de pertencimento com um grupo. Portanto, ser ativista ou militante são ações com sentidos e históricos estruturantes diferentes. Todos têm uma causa para defenderem, mas a forma e as concepções que fundamentam as ações coletivas são diferentes. Os modos de engajamento também são distintos (Fillieule 2001).

Muitos coletivos articulam-se a um conjunto de outros coletivos que configuram um movimento social, bastante usual nas questões de defesa do meio ambiente. Ou ainda, temos coletivos que negam a forma movimento social por considerá-la presa aos modelos tradicionais de fazer política. Os jovens que aderem mais aos coletivos do que aos movimentos sociais porque não se identificam com a forma movimento social e seus métodos de ação, muitos dos quais repudiam. Nestes casos, há também um conflito de gerações. Muitos destes coletivos não mais se autodenominam como movimentos, e se identificam como ativistas e não como militantes. Sabe-se que há um grande debate a respeito das singularidades e diferenças entre as duas noções (Leite 2019).

Portanto, há pluralidade de posições que oscilam entre a negação da forma movimento social por considerá-la presa aos modelos tradicionais de fazer política, aos coletivos que se consideram como um movimento; ou que se unem a certas causas ou dão apoio a determinados movimentos; há outros que se estruturam de forma mais livre. Muitos coletivos criam dinâmicas da ação coletiva mais discursiva, estratégica e de confronto de ideias e valores (Snow e Benford 2000), e, nestes casos, há grande influência de ideários anarquistas e libertários, especialmente no campo da cultura.

Resulta deste cenário uma mudança significativa nas ações coletivas quando articuladas por um movimento social – com coordenadores, demandas, pautas, estratégias e táticas, onde se observa, muitas vezes, um verticalismo, são

parte de um sujeito coletivo; e as práticas dos coletivos acima descritas, com ações que visam o “despertar” dos sujeitos no próprio processo do fazer, sem um projeto claro, bem definido, de sociedade, estado ou governo, sem metas para atingir, não são um “sujeito” coletivo. Mas há muitos elementos comuns nos grupos que articulam as duas frentes de ações coletivas, como a indignação contra as injustiças sociais e desigualdades, a busca pelo respeito e pelos direitos.

### Fragmentos para um esboço de interpretação teórica – sobre autonomismo

Como último ponto deste artigo, aborda-se a questão da autonomia buscando fundamentos e abordagens para o entendimento dos coletivos. Ângela Alonso (2023) demarcou o debate a respeito ao classificar os “autonomistas” como um estilo de ativismo, na análise das manifestações de junho de 2013. Em 2024 a autora, ao analisar as ocupações de estudantes em universidades americanas, com demandas e protestos pró-Palestina (e algumas pró-Israel), retomou a caracterização da categoria do “autonomismo” afirmando que lá estão: “as tendas, divisão horizontal de tarefas, ausência de liderança formal, a garantia de protagonismo feminino, pronomes inclusivos, jograis, e performances artísticas, além de lenços negros, hijabs, e máscaras anti-Covid”. Ela conclui que “a geração de ativistas à esquerda mundo afora abraçou o autonomismo”.<sup>2</sup> Faz-se necessário, portanto, ir além da identificação das narrativas e modos e estilos de comportamentos, adentrando nos fundamentos teórico-filosóficos que estão por trás de tais práticas. E o que tentaremos iniciar a seguir.

O debate entre acadêmicos, na busca de compreensão dos coletivos tem, a meu ver, misturado a noção de coletivo enquanto categoria teórica e coletivo como prática, forma de organização de uma ação coletiva. No primeiro caso, confunde-se a categoria tratada pelos clássicos, a exemplo

<sup>2</sup> Alonso, Ângela. 2024. De Costa a Costa. *Folha de São Paulo, Cad. Ilustríssima*, 5 maio.

de Max Weber e as teorias das ações coletivas, ou pelos teóricos dos movimentos sociais, a exemplo de Touraine (1973) – onde há a figura de um sujeito coletivo, ou de Melucci (1996) ao tratar das identidades coletivas (ver Gohn 2017b). Uma outra confusão se faz quando se generaliza e todas as práticas dos coletivos são vistas como sinônimo de autonomismo, quando essa é uma das tendências dentre as correntes político-ideológica inspiradoras dos coletivos e não a única corrente. Trata-se de um debate importante e, por isso, temos que diferenciá-los para não dar como exemplo experiências históricas passadas como sendo iguais aos atuais coletivos, os quais têm ressignificado a questão da autonomia, em diferentes matizes.

Registra-se que uma parte dos coletivos tem sua inspiração em raízes históricas no passado (Thoreau 1975), em matrizes do socialismo libertário, no anarquismo, e no chamado autonomismo dos anos da década de 1960 etc. (Gohn 2017a). Mas as ações coletivas inspiradoras dos autonomistas do passado, também se subdividem em várias correntes, que estão se recriando no presente de contexto de comunicações virtuais, e não exclusivamente relações diretas, face a face. Os grupos autonomistas presentes em maio de 68 na França e os movimentos autônomos na Itália e Alemanha nos anos de 1960 e 1970 exercitavam a defesa da autonomia em confronto com a tecnocracia burocrática (nos sindicatos, por exemplo, ou na via parlamentar), assim como contrapunham-se o centralismo partidário; advogavam a horizontalidade e o espontaneísmo nas ações coletivas. Naqueles tempos, desde a década de 1960 o autonomismo não era um modelo único, homogêneo. Pesquisadores sobre aquele período demonstram que havia, pelo menos, três correntes: os situacionistas, que seguiam Guy Debord (1995), a visão operária, de Mario Tronti e Antonio Negri (2005), e o que ficou mais famoso nos anos 60, que era a visão de Cornelius Castoriadis (1975) e Santos (2022,10).

Destaca-se uma fonte importante de inspiração da concepção de autonomia utilizada em coletivos dos povos originários – indígenas, povos

ribeirinhos etc. É a de autogoverno sob a perspectiva de um horizonte emancipatório. Nessa concepção, existe autodeterminação territorial, costumes, modo de vida etc. O grupo compartilha a mesma cultura, concepção de mundo e história, emergindo através da constituição da autonomia política, intelectual e moral dos sujeitos de subalternos para sujeitos de direitos. A autonomia como autogoverno destaca também a autonomia intelectual e moral, nos fundamentos de Gramsci, onde há algum tipo de processo de organização e de articulações (ver Tapia 2023). A reconstituição de territórios e de estruturas de autoridade originária são fases do processo. Vai muito além da mera descentralização política no seio de estruturas estatais homogêneas, com projetos e reformas dentro dos estados existentes. O importante é o processo de autonomia envolvendo reconhecer a organização social e política dos territórios e das culturas indígenas, autônias comunitárias, em estados plurinacionais democráticos e intercultural. Essa abordagem trata a autonomia no campo de uma ecologia política mutualista ou cosmo política, a partir de práticas de sujeitos que não querem apenas denunciar os problemas do capitalismo, mas que têm práticas que fomentam uma ecologia política mutualista, a exemplo de povos originários, indígenas, quilombolas, povos ribeirinhos tradicionais etc.

A autodeterminação é a consciência de uma coletividade capaz de se apresentar como personalidade histórica, que pretende conduzir seu próprio destino. Esta perspectiva está presente nas diferentes linhas da abordagem decolonial na América Latina e correntes do Sul-Sul global. E encontramos inúmeros coletivos nos povos originários indígenas no Brasil, atuando no campo das artes, da cultura em geral, da educação e dos direitos humanos.

Um outro universo se descortina quando se discute a questão da autonomia: a relação com o estado, aos governos, aos poderes públicos etc. Monika Dowbor e Gustavo Oliveira (2023) adotam a categoria de movimentos sociais para tratar o tema, incluindo os coletivos neste rol. Eles abordam a dinâmica das ações autônomas

dos movimentos sociais, a partir da década de 1990, no período de redemocratização, reformas neoliberais do estado e projetos participativos em algumas administrações públicas. Os autores observam que a autonomia, como termo nativo e categoria analítica, foi perdendo a centralidade, especialmente na questão da relação movimentos e estado, e foi sendo substituída por outras categorias de caráter mais relacional como interdependência, repertórios de interação, formas de conexão, coalizões de defesa etc. Eles apresentam uma tipologia onde elaboram uma síntese das condições necessárias para que se produza uma ação autônoma dos movimentos sociais e coletivos sociais. A tipologia se divide em três eixos: autonomia dos movimentos e coletivos sociais além do estado, autonomia apesar do estado, e autonomia com o estado, gerando três processos nos quais as contradições do estado, ou do sistema capitalista são "recorrentemente identificadas, expostas e mais ou menos superadas pelos movimentos em seus cotidianos" (Dowbor e Oliveira 2023, 194).

Disso concluo que as diferentes matrizes do autonomismo são importantes para entendermos as raízes históricas e as modalidades de coletivos na atualidade. Embora a grande maioria deles tenha a autonomia como um princípio discursivo, na prática encontraremos coletivos próximos de partidos, organizações e até mesmo facções sindicais, muito distantes do ideário dos autonomistas clássicos acima citados.

### Notas finais

Este artigo buscou conhecer melhor o processo de renovação política que está se operando na sociedade brasileira, especialmente entre os jovens e a reconfiguração nas formas de ativismo. Em parte, sugere-se, inicialmente, que essa reconfiguração é uma resposta à crise de representatividade do sistema político existente, e a busca de novos formatos, com um amplo leque de ideologias e propostas (Castells 2013, 2015, 2018). De outra parte, afirma-se que se trata de uma mudança geracional, cultural (ver Hobsbawm 1995). A reconfiguração advém de uma nova gera-

ção de ativistas nas ações coletivas públicas, que não pensam e nem agem mais como os antigos militantes de partidos tradicionais da esquerda, e de uma mudança de posicionamentos políticos da própria sociedade, tanto da esquerda quanto da direita.

Na atualidade, o sentido e a interpretação dados aos protestos advém de novas formas de ações coletivas, nominadas de coletivos porque há uma nova geração participando das ações coletivas, com valores e modos de vida, de agir e pensar, diferente da geração que levou ao ciclo de movimentos sociais nas décadas de 1970-1980. Os repertórios das demandas são distintos. Os conflitos geracionais estão presentes, não tanto em termos de uma geração jovem contra seus progenitores ou normas da sociedade, como nos anos de 1960. São conflitos de uma nova geração com práticas de pensar e fazer diferentes, não se importando em criar unidades, mas em criar pautas que deem visibilidade às suas causas. E os coletivos estão viabilizando isso. Coletivos focados em causas relativas às mulheres – um feminismo diferente dos anos de 1960. As questões étnico-raciais – de luta contra a discriminação, o racismo propriamente dito, voltaram a ter grande protagonismo, especialmente após as manifestações contra os feminicídios, o movimento "Me too" nos Estados Unidos da era Trump 1, "Ele não" em 2018; assim como as marchas após o assassinato de George Floyd nos Estados Unidos em 2020. Há uma intencionalidade entre as formas e as práticas.

O tipo e modelo de associativismo e sociabilidade nos coletivos se baseia em valores, projetos societários e organização diferentes dos movimentos sociais clássicos. Sem dúvida que eles estão adentrando e reformulando os movimentos sociais, mas os impactos, os efeitos, inovações e resultados destas ações na sociedade, nas formas de participação sociopolíticas e culturais e na reestruturação dos confrontos políticos (vide Pereira e Medeiros 2022) estão em curso. Cumpre acompanhar e analisar!

Na produção de pesquisas e análise sobre os coletivos, especialmente na academia, a maioria

utiliza abordagens relacionais sobre identidades coletivas, culturais, questões da subjetividade, das emoções etc. O universo da política é usualmente ausente, mas trata-se de uma forma de ação coletiva e como tal deve ser analisado no campo da participação sociopolítica (ver Gohn 2019a), com análises que não descartem a política, que saiam das bolhas das narrativas internas e insiram os coletivos no campo das estruturas socioeconômicas e políticas da sociedade. A questão econômica também tem sido ignorada. A desigualdade socioeconômica não tem sido uma chave prioritária na maioria dos estudos. Talvez porque, para tratá-la, poderia ser vista, por alguns adeptos do pragmatismo, como volta ao passado, uma análise estrutural. Retomar análises macro-estruturais, recolocar a política no centro, no foco dos conflitos, é uma tarefa urgente (Della Porta e Diani, 2015). Não significa fazer análises engessadas, rígidas, com pressupostos deterministas que, *a priori*, sempre há um culpado, exterior aos fatos e acontecimentos, e os indivíduos, grupos sociais, quer sejam militantes, ativistas ou apoiadores das ações coletivas, ficam invisibilizados, obscurecido pela lógica determinística que 'guia' a realidade. Retomar os contextos das estruturas macro nas análises implica em reconhecer que tratar de diversidade, inclusão etc. é impossível sem se referir as estruturas que perpetuam a exclusão, a hierarquização e as desigualdades.

A representatividade de diferentes categorias sociais historicamente excluídas na sociedade, nas políticas públicas etc., não pode limitar-se à presença de indivíduos nas estruturas de poder. Esta representatividade tem de ir além da presença, pois tem de estar aliada a autonomia e a autodeterminação dos sujeitos sociais que elas representam. E muitos coletivos lutam por isso.

Para finalizar, é importante assinalar também que o termo "coletivo" necessita ainda de muitas pesquisas, debates e discussões teóricas. Por ora, é um termo nativo advindo da prática, ainda com forte ocorrência na área da cultura. Grande parte das teses e estudos da atualidade no Brasil as análises são focadas no institucionalismo, nas estruturas, funções, cargos, hierarquias, formas

organizacionais e busca das lideranças, para entender o novo nos coletivos. Creio que só com isso não dá para se construir uma teoria para os coletivos, mas sim dá elementos para reflexões teóricas para uma das formas de abordagem do tema. Temos de caminhar para entender as políticas socioeconômicas e culturais, como se formam e desenvolvem as ideologias e os conflitos, visões políticas que criam as narrativas, como operam as estruturas de dominação do capital, como elas atuam via estruturas de poder governamentais estatais, especialmente via as novas formas de sociabilidade que as redes e vias digitais criaram (Gohn 2019b). Precisamos entender, sobretudo, as novas gerações, os jovens da atualidade, maioria absoluta nos coletivos. Ou seja, temos de sair da "bolha" para avançar no conhecimento sobre os coletivos. Com isso, estaremos entendendo e colaborando para a defesa de processos democráticos e da própria democracia.

## Referências

- Alonso, Ângela. 2023. *Treze – a política de rua de Lula a Dilma*. Companhia das Letras.
- Ariès, Philippe. 1981. *História social da infância e da família*. Guanabara.
- Bassani, Jorge. 2016. *Coletivos Culturais*. Itaú Cultural.
- Bennett, W. Lance, e Alexandra Segerberg. 2015. The logic of connective action: digital media and the personalization of contentious politics. In *Handbook of digital politics*, organizado por Stephen Coleman. Edward Elgar Publishing.
- Castells, Manuel. 1999. *A sociedade em rede*. Paz e Terra.
- Castells, Manuel. 2013. *Redes de indignação e esperança*. Zahar.
- Castells, Manuel. 2015. *O poder da comunicação*. Paz e Terra.
- Castells, Manuel. 2018 *Ruptura*. Zahar.
- Castoriadis, Cornelius. 1975. *L'institution imaginaire de la Société*. Seuil.
- Costa, Wagner Maia. 2024. *É na horizontalidade que nos entendemos: as experiências, biografias e narrativas dos ativistas de coletivos no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Debord, Guy. 1995. *A sociedade do espetáculo*. Contraponto.

Della Porta, Donatella, e Mario Diani. 2015. *Los movimientos sociales*. UCM.

Dowbor, Monika, e Oliveira Gustavo, orgs. 2023 *Movimentos sociais e autonomias: imaginação, experiências e teorias na América Latina*. Editora Lutas Anticapital.

Dubet, François. 1994. *Sociologia da experiência*. Instituto Piaget.

Faria, Flávia. 2020. Ativismo, instituição e repertório autonomista: uma etnografia sobre coletivos políticos. *Revista Brasileira de Sociologia* 8 (20): 177-98. <https://doi.org/10.20336/rbs.741>.

Fillieule, Olivier. 2001. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. *Revue Française de Science Politique* 51 (1-2): 199-215. <https://doi.org/10.3406/rfsp.2001.403613>.

Gerbaudo, Paolo. 2021. *Redes e ruas: mídias sociais e ativismo contemporâneo*. Editora Funilaria.

Gohn, Maria da Glória. 2022. *Ativismos no Brasil. Movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis. Como impactam e por que importam?* Editora Vozes.

Gohn, Maria da Glória, Cláudio L.C. Penteado, e Marcelo Marques. 2020. Os coletivos em cena: algumas contribuições para o debate. *Simbiótica* 7 (3): 8-32. <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33691>.

Gohn, Maria da Glória. 2014a. *As manifestações de junho de 2013 no Brasil e as praças dos indignados no mundo*. 2. ed. Editora Vozes.

Gohn, Maria da Glória. 2014b. *Novas teorias dos Movimentos sociais*. 5. ed. Ed. Loyola.

Gohn, Maria da Glória. 2017a. *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. Editora Cortez.

Gohn, Maria da Glória. 2017b. *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 12. ed. Loyola Edições.

Gohn, Maria da Glória. 2019a. *Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós junho de 2013*. Editora Vozes.

Gohn, Maria da Glória. 2019b. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo*. 9. ed. Editora Vozes.

Guimarães, Antônio. S. A., Flávia Rios, e Edilza Sotero. 2020. Coletivos negros e novas identidades raciais. *Novos estudos Cebrap* 39 (2): 9-327. <https://doi.org/10.25091/s01013300202000020004>.

Hobsbawm, Eric. 1995. *A era dos extremos. O breve século 20 - 1914-1991*. Companhia das Letras.

Larrosa, Jorge. 2002. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação* 19: 20-28. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>.

Leite, André Luis. 2019. *Manifestações, ativismo e militância: novas formas de compreender a democracia*. Entrevista. IHU/Unisinos.

Lima, Stephanie. 2018. Coletivo, ativista e horizontal: uma análise de categorias em uso no movimento social contemporâneo. *Teoria e Cultura* 13 (1): 18-34. <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.12382>.

Maia, Gretha L. 2013. A juventude e os coletivos: como se articulam novas formas de expressão política. *Revis. Eletr. do Curso de Direito da Ufsm* 8 (1): 58-73. <https://doi.org/10.5902/198136948630>.

Marques, Marcelo S. e Vanessa Marx. 2020. Os coletivos em cena: algumas contribuições para o debate. *Simbiótica* 7 (3): 8-32. <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33691>.

Marcuse, Peter. 2009. From critical urban theory to the right the city. *City* 13 (2-3): 185-97. <https://doi.org/10.1080/13604810902982177>.

Medeiros, Jonas M. S. 2017. *Movimentos de mulheres periféricas na zona leste de São Paulo: ciclos políticos, redes discursivas e contra públicos*. Tese em Educação, Universidade Estadual de Campinas.

Medeiros, Jonas, e Matheus M. Pereira. 2022. Os coletivos sob um olhar culturalista: deslocamentos analíticos. In *Participação e activismos: entre retrocessos e resistências*, organizado por Luciana Tatajiba, Débora R. de Almeida, Adrian G. Laval e Marcelo K. Silva. Zouk.

Melucci, Alberto. 1996. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge University Press.

Melucci, Alberto. 1997. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação* 5-6: 5-14.

Melo, Denise M. 2001. *A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST*. Dissertação em Educação, Universidade Estadual de Campinas.

Mesquita, Marcos R. 2008. Cultura e política: a experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 81: 179-207. <https://doi.org/10.4000/rccs.660>.

Negri, Antônio, e Michael Hardt. 2005. *Multidão. Guerra e democracia na era do Império: Guerra e democracia na era do Império*. Record.

Lima Neto, Fernando. 2024. Os coletivos no horizonte das jornadas de junho: novos sentidos sobre democracia e participação. *Revista Desigualdades & Diversidades* 24: 58-59.

Lima Neto, Fernando L., e Marina H. Tovolli. 2023. Coletivos como espaços de ação política: praticando os valores da horizontalidade, partilha, performance, confronto e sensibilidade. In *Movimentos e coletivos sociais: categorias em disputa*, organizado por Angela Paiva, Fernando L. Neto e Taisa Sanches. Editora Numa.

Paim, Claudia. 2009. *Iniciativas coletivas: modos de fazer na América Latina contemporânea*. Tese em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Perez, Olívia C., e Bruno M. Souza. 2017. Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e práticas dos coletivos. *41º Encontro anual da Anpocs - GT11*. Entre as Ruas e os Gabinetes: institucionalização e contestação nos movimentos sociais. Caxambu.

Sader, Eder. 1988. *Quando novos personagens entraram em cena*. Paz e Terra.

Santos, Breno A. de O. 2022 O "novo" em velhas práticas: uma análise sobre a noção de "novíssimos" movimentos sociais e coletivos. *Revista Simbiótica* 9 (1): 20-37. <https://doi.org/10.47456/simbitica.v9i1.38299>.

Solano, Esther, Camila Rocha, e Jonas Medeiros. 2021. *The Bolsonaro paradox: The public sphere and right-wing counter publicity in contemporary Brazil*. Springer.

Tarrow, Sidney. 1994. *Power in Movement*. Cambridge University Press.

Tilly, Charles. 2004. *Social movements, 1768-2004*. Paradigm Press.

Tilly, Charles. 2008. *Contentious performances*. Cambridge University Press.

Thompson, E. P. 2004. *A miséria da teoria*. Zahar.

Thoreau, Henry D. 1975. *A desobediência civil*. Cultrix

Touraine, Alain. 1973. *Producción de la société*. Seuil.

Williams, Raymond. 2000. *Cultura*. 2. ed. Editora Paz e Terra.

---

### Maria da Glória Gohn

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, SP, Brasil; pós-doutorado em Sociologia na New School University, em New York, Estados Unidos. Professora titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em Campinas, SP, Brasil; professora visitante sênior da Universidade Federal do ABC (UFABC), em Santo André, SP, Brasil.

#### Disponibilidade de dados:

Não se aplica

#### Conflito de interesse:

Não se aplica

#### Como citar este artigo:

Gohn, M. da G. (2025). Coletivos: novas formas de expressão dos jovens no associativismo contemporâneo no Brasil. *Civitas: Revista De Ciências Sociais*, 25(1), e46254. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2025.1.46254>

#### Editoras da revista

Fernanda Bittencourt Ribeiro

Teresa Cristina Schneider Marques

*Os textos deste artigo foram revisados pela SK Revisões Acadêmicas e submetidos para validação da autora antes da publicação.*